

Antonio Rulli Junior

Antonio Rulli Junior nasceu no dia 29 de janeiro de 1942, na cidade de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, filho de Antonio Rulli e Justina do Nascimento Rulli, casou-se com Suely Rulli com quem teve quatro filhos.

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade de São Paulo (1966); especializou-se em Direito Constitucional, pelo *The Institute of Constitutional and Parliamentary Studies, ICPS*, Índia (1969); e em Direito Público, pela Universidade de São Paulo (1971); concluiu o mestrado em Direito, pela Universidade de São Paulo (1972); o mestrado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982); e o doutorado em Direito do Estado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984).

Ingressou na Magistratura Paulista em 1973, tendo sido aprovado no 138º Concurso de Juiz Substituto do Estado de São Paulo, em 1972. Atuou em Fernandópolis, como substituto, entre 1973 e 1974; juiz titular de Estrela d'Oeste, no período de 1974 a 1977; juiz titular da Comarca de Caraguatatuba, entre 1977 e 1978; juiz auxiliar da Capital, no período de 1978 a 1983; juiz titular da Capital, entre 1983 e 1989. Com promoção a juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, atuou no período de 1989 a 2000. Tomou posse no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça em maio de 2000.

Com ampla experiência no magistério, foi professor universitário, desde 1967, e docente do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), nos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado), com capacitação como avaliador de instituições de educação superior e de cursos de graduação, pelo Ministério da Educação. Durante o biênio 2006-2007, foi vice-diretor da Escola Paulista de Magistratura (EPM); no biênio seguinte, foi eleito diretor geral desta Escola. Durante a sua gestão, foi implantado o sistema de videoconferência (2008), possibilitando a transmissão de cursos de Formação Inicial e Vitaliciamento da Magistratura, para todo o estado de São Paulo e para escolas de outros estados. Foram inauguradas as novas instalações da biblioteca da Escola, que passou a ocupar o 4º andar (o acervo com 40 mil volumes está integrado ao da biblioteca central do Tribunal de Justiça de São Paulo, perfazendo 200 mil volumes); a fachada do prédio; e a instalação de novos elevadores. Foram realizadas ainda a reestruturação administrativa e financeira da Escola Paulista de Magistratura, a reformulação dos cursos de iniciação funcional e aperfeiçoamento e a abertura de novos cursos de Pós-Graduação.

Com importante atuação jurídica e acadêmica, destacada pelo idealismo, pertinácia e determinação na busca da união e do compartilhamento de conhecimentos entre as escolas judiciais e da magistratura, notadamente em relação à Escola Superior

da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o desembargador Antonio Rulli Junior ofereceu, graciosamente, o projeto acadêmico do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, credenciado na Capes, em pareceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), no qual exerceu a docência, como professor colaborador, entre os anos de 2013 e 2017.

Foi presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), de junho de 2009 a janeiro de 2018, com destaque para a sua atuação em prol da estruturação das Escolas Judiciais e da Magistratura, na busca constante de condições que propiciassem a realização de ações educativas com qualidade, à procura da melhoria contínua dos programas das instituições de formação judiciária e no aperfeiçoamento da magistratura.

Autor de vários artigos e livros, participou de inúmeros seminários e congressos como conferencista; em 2017, dedicou-se ao lançamento do livro Memorial de Ministros – Catálogo Alfabético dos Ministros de Letras –, coordenado e prefaciado por ele. A obra traz o resumo das biografias de 6.684 juízes e desembargadores que serviram à Coroa Portuguesa, desde 1544, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Foi membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) do Superior Tribunal de Justiça. Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Presidente Honorário da União Internacional de Juízes de Língua Portuguesa (UIJLP).